



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (48) 3721-2343
E-MAIL: artes.cencias@contato.ufsc.br

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE COLEGIADO DO CURSO

Ata de Reunião Extraordinária de Colegiado do Curso de Graduação em Artes Cênicas, realizada no dia 20 de junho de 2018, às 14:30 h, na sala 211(LEC), do Bloco D, do Centro de Comunicação e Expressão.

1 Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos, na sala
2 duzentos e onze do bloco D do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa
3 Catarina, reuniu-se o Colegiado do Curso de Graduação em Artes Cênicas, com a presença dos
4 membros: Débora Zamarioli, Fábio Guilherme Salvatti, Rachel Teixeira Dantas, Paulo Ricardo Berton,
5 Rafael Luiz Marques Ary, Sergio Nunes Melo, Luiz Fernando Pereira, Guilherme Rosário Rotulo,
6 Cássio Vinícius Araújo Spósito, Priscila Genara Padilha, Elisana de Carli, Janaína Trasel Martins, Maria
7 de Fátima Moretti, Kryslaine Kathllen Wierzchoski e Paula Pivatto, além das convidadas: Prof^a. Dr^a.
8 Miriam Furtado Hartung (Diretora do CFH e pesquisadora em etnografia do Departamento de
9 Antropologia da UFSC), Bel. Roberta Cristina Araujo de Lima (mestranda no PPGET/UFSC e líder do
10 Coletivo Kurima e Kurima Bantu Mulheres), e Amanda Duarte de Campos (discente do curso de artes
11 cênicas e integrante do Coletivo Vozes de Zambi), houve ainda a falta justificada da professora Dirce
12 Waltrick do Amarante. A presidente abriu os trabalhos saudando a todos, solicitando permissão para
13 fazer uma retificação na pauta: ao invés de intitular a disciplina de Teatro Negro, ela seria intitulada
14 Artes Negras da Cena e Relações Étnico-Raciais. O professor Rafael perguntou se a reunião teria caráter
15 deliberativo, a presidente respondeu que a princípio não, que se tratava de uma reunião de
16 assessoramento para planejamento acadêmico e, introdução no Colegiado, das discussões sobre a
17 implantação de uma disciplina obrigatória intitulada Artes Negras da Cena e Relações Étnico-Raciais,
18 que estavam sendo tratadas no âmbito do curso desde o final de 2016, em assembléias gerais, ações
19 pedagógicas e outras instâncias. Informou ainda que, a reunião contaria com a participação de
20 convidadas para enriquecer e detalhar as informações acerca da matéria em pauta, caso o colegiado
21 estivesse de acordo. A presidente do colegiado colocou a ordem do dia, pauta única, para apreciação e
22 aprovação do colegiado. O professor Paulo perguntou se alguém gostaria de começar – e sem resposta –
23 questionou a presença das convidadas e o motivo de a discussão sobre a implantação de uma disciplina
24 estar acontecendo no Colegiado ao invés do NDE, pois segundo o professor, em uma consulta a
25 PROGRAD lhe foi confirmado que o tema das alterações curriculares seria atribuição do NDE. A
26 professora Elisana, pediu a palavra, e disse que segundo sua interpretação dos regimentos da UFSC seria
27 atribuição do NDE propor alterações curriculares e apresentar ao colegiado, questionou a presença das
28 convidadas sem aviso prévio aos membros do colegiado, e ainda coloca que o assessoramento deveria
29 ter sido tratado anteriormente, não sob a forma de uma reunião extraordinária para discussão de
30 disciplina obrigatória. O professor Luiz Fernando, pediu a palavra, e questionou sobre o conhecimento
31 da presidente do colegiado e da sub-coordenadora acerca das leis e normas que tratavam do tema.
32 Incluiu a observação sobre a existência de leis sobre diretrizes similares para história e cultura indígena,
33 e disse que todos os membros do Colegiado deveriam lê-las e se apropriar do assunto antes de ocorrer
34 uma reunião como esta. A professora Priscila pede a palavra para responder às indagações, mas o
35 professor Paulo a interrompe. Foi-lhe solicitado respeito ao momento de fala da professora. Ele
36 continuou sua fala, questionando a presença das convidadas. Foi reiterado que ele parasse de gritar e que
37 deixasse a professora continuar sua fala. Ela seguiu e explicou que as coordenadoras, proponentes da
38 reunião, tinham conhecimento de ambas as leis e dos documentos que as acompanham. Em seguida,
39 respondeu que a matéria em pauta foi trazida para o colegiado, pois – segundo a professora Priscila – o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (48) 3721-2343
E-MÁIL: artes.cencias@contato.ufsc.br

40 NDE estaria se reestruturando depois de dois anos de desarticulação, e que estaria com acúmulo de
41 demandas; além disso, que a coordenação teria o respaldo da resolução 018/CUn/2004, dispõe a
42 competência para propor políticas de capacitação pedagógica e coordenar ações de reestruturação e de
43 avaliação curricular. A professora Débora complementou informando que, duas das convidadas eram
44 representantes de coletivos de estudantes negros e negras da UFSC, e que, adiantando a explanação que
45 seria apresentada na reunião, as diretrizes que acompanham a lei nº 10.634, recomendam a participação
46 dos coletivos e movimentos negros no processo de implantação de disciplinas e conteúdos referentes à
47 cultura africana e afro-brasileira. A professora Miriam, desconfortável por estar acompanhando questões
48 internas pediu licença ao Colegiado e propôs que ela e as outras convidadas se retirassem da sala para
49 que a votação pudesse acontecer. Assim as convidadas se retiraram. A professora Priscila explicou que a
50 retomada histórica do processo de discussão do tema tinha acontecido em instância de Assembléias
51 Gerais do Curso e que esta reunião de assessoramento estava ocorrendo para trazer o acúmulo de
52 discussões para o Colegiado, assim como para que os movimentos sociais negros trouxessem suas
53 perspectivas, e, por isso, estava-se propondo que a reunião fosse aberta para a presença das convidadas
54 Amanda – ouvinte, Roberta – com direito a fala, e Miriam – com direito a fala. A presidente do
55 colegiado retoma a palavra e diz que muito iria se esclarecer se o ponto de pauta fosse aprovado e se
56 pudesse seguir com os ritos da sessão. A representante discente Kryslaine reafirma a necessidade e a
57 importância da pauta e solicita que o colegiado a inicie a reunião sem mais demoras. O professor Fábio
58 também se manifesta, pedindo que o colegiado permita que a reunião aconteça e que o tema seja
59 debatido. A presidente do colegiado colocou em votação a ordem do dia, aprovada por unanimidade.
60 Em seguida foi realizada uma votação em que se aprovou por maioria a presença das convidadas
61 conforme a proposta da professora Priscila. O professor Sergio pediu a palavra para sugerir que fosse
62 estabelecido um teto – de tempo – para a reunião, e ainda propôs que se estabelecesse tempo de fala,
63 pois segundo suas palavras: “Tem gente que não consegue ser concisa”. As propostas foram rejeitadas,
64 mas indicou-se a coordenação da reunião “bom senso” quanto ao uso do tempo. Assim as convidadas
65 foram novamente chamadas à plenária. E o professor Paulo se retirou do recinto. A presidência da
66 reunião então passou a palavra para a convidada Roberta, que iniciou sua apresentação demonstrando
67 sua indignação com a situação criada nesta reunião, e continuou explanando sobre a forma hostil que a
68 UFSC toma as iniciativas populares de discussão acadêmica, e apresentou em vídeo alguns depoimentos
69 de docentes que tiveram participação em processo de implantação de disciplinas similares que cobriam
70 temas étnicos raciais e a produção acadêmica negra. A presidência retomou a palavra para fazer uma
71 apresentação a respeito do acúmulo de discussão, e planejamento realizado na coordenação do curso e
72 nas Assembléias Gerais do Curso através de uma apresentação digital, Anexo I. Durante a apresentação
73 da professora Débora, parte da plenária ficou agitada – segundo a professora Priscila – e conferiam
74 informações na internet. Então, a professora Priscila pede licença à presidente, e faz um apelo aos
75 presentes para que a coordenação tenha respeito e respaldo em sua apresentação, e que todos prestassem
76 atenção. A presidente segue com a apresentação. Mediante a continuidade da conduta por parte do
77 colegiado, novamente, a professora Priscila pede permissão à presidente, e solicita a atenção e o respeito
78 às professoras coordenadoras. E, complementa que toda legislação e bibliografia acerca do tema seria
79 disponibilizada ao colegiado por email, e que na própria sala da coordenação, os professores
80 encontrariam documentos sobre as diretrizes que acompanham a lei 10.639 e livros sobre as artes negras
81 da cena e relações étnico-raciais. Incomodado com a situação o professor Fábio pediu a palavra para
82 uma questão de ordem: pediu respeito ao trabalho das coordenadoras do curso e indicou que a
83 legislação, que constava na apresentação não fosse consultada e discutida pela plenária enquanto a fala
84 estava em andamento. Neste instante o professor Luiz Fernando se retirou, questionando a maneira
85 como a reunião estava se desenvolvendo. A apresentação foi retomada e ao final a palavra foi repassada
86 para a convidada professora Miriam, diretora do CFH e pesquisadora em relações étnico-raciais. A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (48) 3721-2343
E-MAIL: artes.cencias@contato.ufsc.br

87 professora Miriam, fez uma retomada histórica de seus estudos e pesquisas junto comunidades negras e
88 suas relações antropológicas, e fez uma contextualização do racismo estrutural e da desconstrução do
89 tema, na atualidade, através de um discurso pautado em Democracia Racial. A presidente do colegiado
90 agradeceu às convidadas e pediu desculpas pela inexperiência em conduções de reuniões dessa ordem,
91 pois não esperava reações como as que todos presenciaram. A presidente fez suas últimas considerações
92 e disse que aquela era a primeira reunião sobre o tema e que haveria outras para discutirem e
93 amadurecerem a questão. O professor Sergio pediu a palavra e informou que havia preparado um
94 documento para ser enviado ao colegiado naquela reunião, pois teria, no mesmo horário, reunião
95 referente à coordenação de estágio, mas, ao ser avisado pela coordenação sobre a prioridade da reunião
96 de colegiado sobre as outras atividades acadêmico-administrativas na instituição, ele compareceu à
97 reunião de colegiado e gostaria de realizar a leitura de dez pontos constantes neste documento, Anexo II,
98 pois o documento demonstrava seu ponto de vista sobre o tema que ali estava sendo tratado. Após a
99 leitura, as convidadas Miriam, Amanda e Roberta, pediram licença à plenária para se retirarem. A
100 convidada Roberta se manifestou dizendo que não ficaria para escutar ainda mais acúmulos racistas. As
101 convidadas se retiraram. A palavra então foi passada ao professor Rafael, lamentou o desperdício da
102 oportunidade de debater o tema, pois, em sua opinião, elas deveriam, também, escutar a posição de
103 integrantes do colegiado. Neste momento a representante discente Kryslaine se retirou, dizendo que
104 estava passando por uma crise de pânico. O professor Rafael prosseguiu e disse que poderia até não
105 concordar totalmente com o texto lido pelo professor Sérgio, mas que havia ali uma oportunidade para o
106 debate afinal a Universidade é o espaço apropriado para isto. E em sua opinião a inclusão dessa
107 disciplina geraria a necessidade de uma revisão curricular que abordasse também conteúdos sobre
108 cultura nordestina, e sobre imigrantes alemães, italianos e açorianos em Santa Catarina, nas disciplinas
109 do curso. Disse, ainda, que “é preciso ter dados, que não poderíamos nos pautar em subjetivismos”. O
110 professor Rafael, pergunta por fim, qual seria o critério para essa decisão. A professora Priscila
111 responde dizendo que o critério seria a discriminação racial. A representante discente, Paula,
112 demonstrou sua indignação com as duas falas anteriores, repudiando o conceito de “racismo reverso”
113 apresentado na leitura do documento do professor Sérgio. Assim, eu pedi a palavra e demonstrei minha
114 indignação com as falas dos professores Sérgio e Rafael, indiquei a todos que a Constituição Federal de
115 88 negava aos cidadãos brasileiros o desconhecimento das leis como argumento, afirmei que na posição
116 de servidores públicos tínhamos como dever de manter o cuidado com os discursos que produzimos em
117 espaços institucionais, pois a democracia racial evocada na fala anterior e um pouco de meritocracia,
118 pois o professor se dizia proveniente da Comunidade de Vila Izabel, constituía as bases para um
119 discurso de supremacia de raça, visto que neste colegiado não há um negro sequer. E ainda me
120 posicionei contra qualquer argumento moral nos espaços da instituição que tenha a finalidade de se
121 invalidar posições políticas. A presidência encerrou a sessão afirmando que pelo desenrolar dos
122 discursos deveríamos nos preocupar com a questão étnico-racial tanto quanto com a questão anti-facista,
123 neste colegiado. E eu, Cássio Vinícius Araújo Spósito, lavrei a ata desta sessão.

Florianópolis, 20 de junho de 2018

Cássio Vinícius Araújo Spósito
Cássio Vinícius Araújo Spósito
Assistente Administrativo

Cássio Vinícius Araújo Spósito
Universidade Federal de Santa Catarina
Assistente em Administração
SIAPE: 1178914

Profa. Dra. Débora Zamarioli
SIAPE 1880708

Debora Zamarioli
Debora Zamarioli
Presidente do Colegiado

Página em branco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE

CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

TELEFONE: (48) 3721-2343

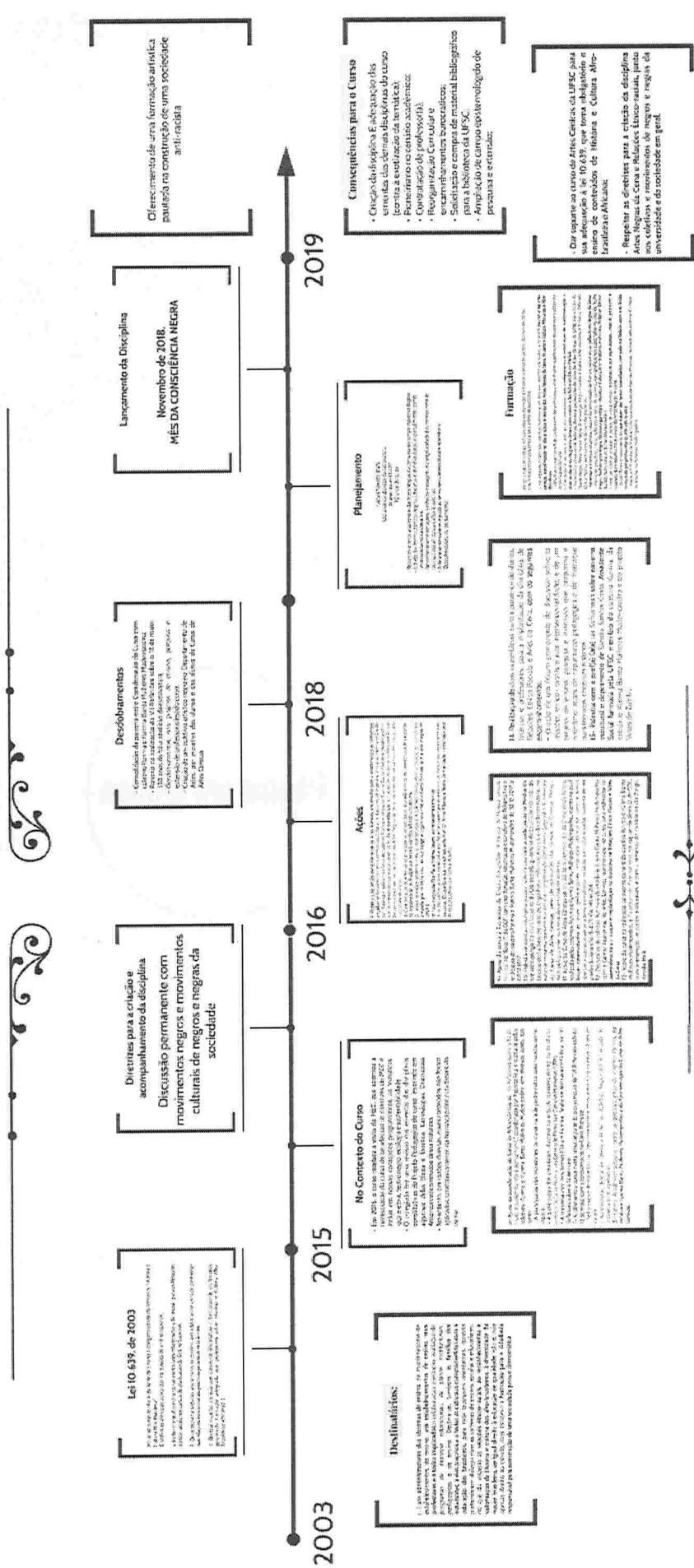
E-MAIL: artes.cencias@contato.ufsc.br

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE COLEGIADO DE ARTES CÊNICAS

Nome	Assinatura
Debra Jamaridi	Debra Jamaridi
tabio Salvatti	
Rachel Teixeira Vantas	
PAULO RICARDO BERTON	Paulo Ricardo Berton
RAPHAEL LUIZ MARQUES ARY	
Sergio Nunes Melo	
Luiz Fernando Ferreira	
Guilherme Roberto Kolko	
Cassio Vinícius Araújo Sposito	Cassio Vinícius Araújo Sposito
Trinilda Padilha	Trinilda Padilha
Elisena de Carli	Elisena de Carli
Janaína T. Martins	Janaína T. Martins
Nora de Tatiana Moretti	
Roberto Miguel	
Paula Pivatto	Paula Pivatto

Página em branco

Planejamento de implantação da disciplina obrigatória de Artes Negras da Cena e Relações Étnico-raciais

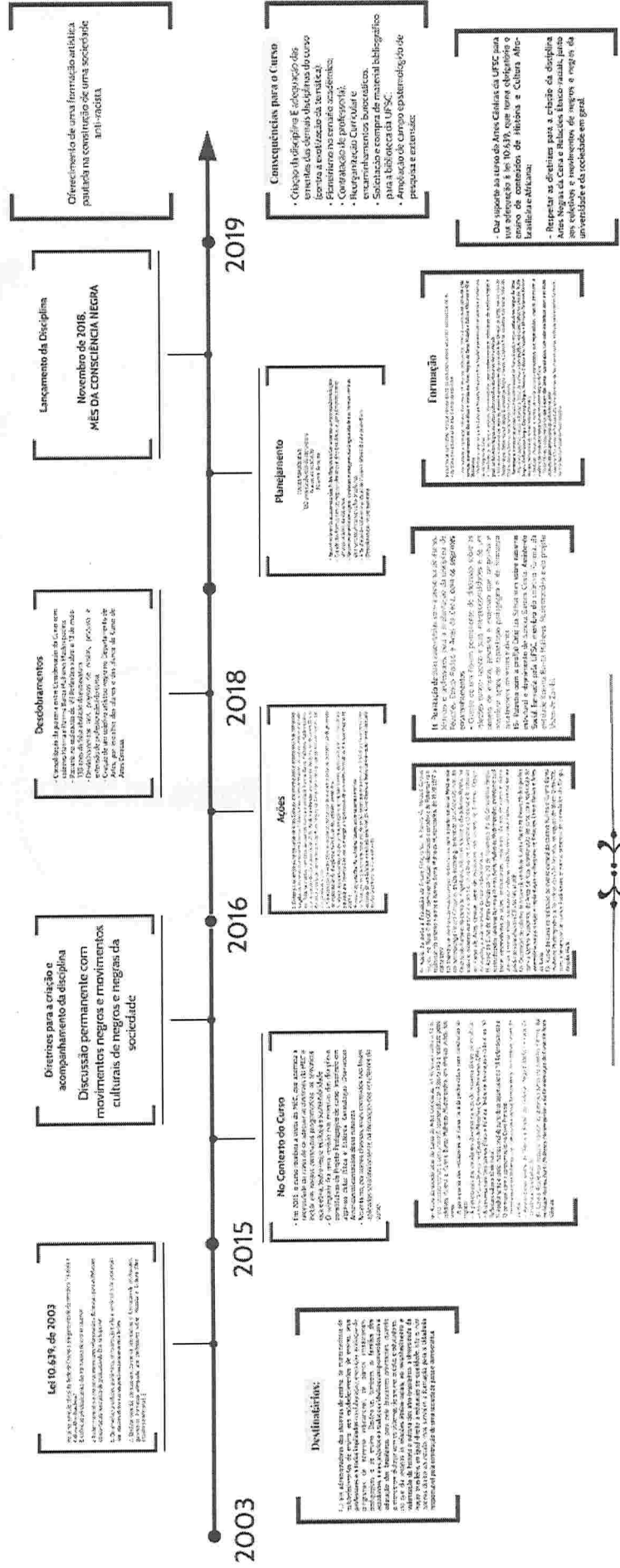


Sp
FL02



Página em branco

Planejamento de implantação da disciplina obrigatória de Artes Negras da Cena e Relações Étnico-raciais



Sp
FL02

Página em branco

Lei 10.639, de 2003

Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

E, define as principais ações das instituições de ensino superior:

- a. Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionadas à Educação para as Relações étnico-raciais nos cursos de graduação do Ensino Superior;
- b. Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações étnico-raciais positivas para seus estudantes;
- c. Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (...)

Página em branco

Destinatários:

(...) aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática.

Página em branco

No Contexto do Curso

- Em 2015, o curso recebeu a visita do MEC, que apontou a necessidade do curso de se adequar às diretrizes do MEC e incluir em nossos conteúdos programáticos, as temáticas: raça e etnia, teatro negro, ecologia e sustentabilidade.
- O colegiado fez uma revisão nas ementas das disciplinas constitutivas do Projeto Pedagógico do curso, inserindo em algumas delas (Ética e Estética, Genealogias Dramáticas Americanas) conteúdos dessa natureza.
- No entanto, por razões diversas, esses conteúdos não foram aplicados satisfatoriamente na formação dos estudantes do curso.

Página em branco

**Diretrizes para a criação e
acompanhamento da disciplina
Discussão permanente com
movimentos negros e movimentos
culturais de negros e negras da
sociedade**

Página em branco

Ações

- 1- Roberta Lira, então aluna do curso de Artes Cênicas, encaminha para a coordenação as demandas surgidas no Primeiro Encontro de Práticas Culturais e das Artes de Matrizes Africanas, evento realizado por Roberta e pelos membros do coletivo Kurima e entidade Kurima Bantu Mulheres Mudempodiro, que ocorre dentro da ocupação de 2016. As demandas são: a criação da disciplina de Relações Étnico Raciais e a inclusão de conteúdos das Artes Negras da Cena nas ementas que constituem o currículo obrigatório do curso.
- 2- Coordenação de Artes Cênicas recebe as demandas do alunado e inicia-se a construção do processo de implantação da disciplina e da inclusão dos referidos conteúdos.
- 3- Várias reuniões ocorrem entre a coordenação e o coletivo kurima, com prestação de consultoria prestada por Roberta Lira, no que tange a organização de atividades formativas e a aula magna de 2017-1;
- 4- Aula magna da Dra Maria Andrea Soares sobre racismo científico;
- 5- Aulas performáticas ministradas por Roberta Lira em parceria com duas disciplinas da primeira fase do curso: Ética e Estética, ministrada pelo Prof. Dr. Almir Ribeiro, e Teatro de Animação, ministrada pela Prof(a) Dr(a) Maria de Fátima Moretti;

Página em branco

6- Apoio da coordenação do Curso de Artes Cênicas ao “VI Reflexões sobre o 13 de maio: descolonizando o pensamento”, coordenado por Roberta Lira e realizado pelos coletivos Kurima e Kurima Bantu Mulheres Mudempodiro, em diversas ações, tais como:

- A participação dos estudantes do curso na aula performática para construção do espaço;
- A participação dos estudantes do curso na roda de conversa dentro da instalação artística “A Caixa Branca” no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH);
- A conversa com três turmas (Ética e Estética, Teatro de Animação e Crítica) no “VI Reflexões sobre o 13 de maio”.

7- Acolhimento e apoio institucional de parte da programação do “VI Reflexões sobre o 13 de maio”, com a apresentação no Caixa Preta de:

- Performance de Roberta Lira “Descolonizando o Pensamento”, do coletivo Vozes de Zambi;

- Apresentação teatral de “Preta à Porte”, do Coletivo Nega (UDESC) e roda de conversa após espetáculo.

8- Centro Acadêmico passa a discutir as questões junto do coletivo Kurima, da entidade Kurima Bantu Mulheres Mudempodiro a da Coordenação do Curso de Artes Cênicas.

Página em branco

A Anexo I

- 9- Apoio do curso à Exposição do Ensaio Fotográfico “A Beleza de Nossos Corpos Negros”, no Bloco D do CCE, com coordenação, idealização e curadoria de Roberta Lira e realização do coletivo Kurima e Kurima Bantu Mulheres Mudempodiro, de 10.10.2017 à 08.12.2017.
- 10- Palestra de abertura da exposição por Roberta Lira, com a participação da Mestranda em Antropologia Tatiane Cerqueira, do Doutorando guineense de Davi Saba Nbundé, do Graduando haitiano do curso de Engenharia, Mikerson Altenor, e do coletivo Kurima, na roda de conversa com estudantes das disciplinas de Consciência Corporal e Iluminação do Curso de Artes Cênicas, além de estudantes dos Cursos de Cinema, Design, Antropologia, e de membros da comunidade externa.
11. Apoio do Curso de Artes Cênicas ao dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, realizado pelos coletivos Kurima e Kurima Bantu Mulheres Mudempodiro, evento no qual foram desenvolvidas as ações: performances; instalações; oficinas de canto e dança abertas à comunidade acadêmica e externa; exibição de curtas e rodas conversa de no prédio do varandão do CCE, das 14h as 20h.
- 12- Discussões do coletivo Kurima e da entidade Kurima Bantu Mulheres Mudempodiro com o Centro Acadêmico de Artes Cênicas, coordenação de curso para realização de assembleia para a criação e implantação da disciplina de Relações Étnico Raciais e Artes da Cena.
- 13- Apoio do curso na realização de evento cultural do coletivo Kurima e Kurima Bantu Mulheres Mudempodiro, a 8ª edição do Café Ndimba, no saguão do Bloco D do CCE, com intervenção de cantos tradicionais, e com a presença de convidados do Congo, Angola, Haiti.

Página em branco

14. Realização de duas assembleias, com a presença de alunos, técnicos e professores, para a implantação da disciplina de Relações Étnico Raciais e Artes da Cena, com os seguintes encaminhamentos:

- Criação de um Fórum permanente de discussão sobre as relações étnico- raciais e suas interseccionalidades e de um projeto de ensino, pesquisa e extensão que proponha e coordene ações de capacitação pedagógica e de formação para técnicos, docentes e alunos.

15- Palestra com a prof(a) Dr(a) Lia Schucman sobre racismo estrutural e depoimento de Sandra Santos Costa, Assistente Social formada pela UFSC, membro do coletivo Kurima, da entidade Kurima Bantu Mulheres Mudempodiro e do projeto Vozes de Zambi.

Página em branco

Desdobramentos

- Consolidação da parceria entre Coordenação do Curso com coletivo Kurima e Kurima Bantu Mulheres Mudempodi;ro;
- Parceria na realização do VII Reflexões sobre o 13 de maio: 130 anos da falsa abolição da escravidão;
- Desdobramentos nos projetos de ensino, pesquisa e extensão de professoras(es) do curso;
- Criação de um coletivo artístico negro no Departamento de Artes, por iniciativa dos alunos e das alunas do Curso de Artes Cênicas.

Página em branco

Planejamento

DATAS SIMBÓLICAS

130 anos da abolição da escravatura

15 anos da lei 10.639

10 anos do curso

- Reconhecimento acadêmico das Artes Negras da Cena como campo epistemológico;
- Estudo das formas cênicas negras (africanas e afro-brasileiras, especialmente) como uma questão ética das artes;
- Reconhecimento de signos, símbolos e imagens da singularidade das formas cênicas de matrizes africanas e afro-brasileiras;
- Articulação de saberes e práticas de maneira intercultural e pluriétnica;
- Descolonização do pensamento.

Página em branco

Formação

PROJETO DE EXTENSÃO: FÓRUM PERMANENTE DE ESTUDOS SOBRE AS ARTES NEGRAS DA CENA, HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

- Dar suporte à formação cultural, humana e artística aos DOCENTES, STAEs e ALUNOS do curso de artes cênicas, aproximando-os das práticas e teorias das Artes Negras da Cena, História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras.
- Visibilizar e valorizar a Arte, Cultura e História Africana e Afro-Brasileira pelo estudo de saberes e práticas das Artes Negras da Cena;
- Combater o racismo e práticas discriminatórias pelo conhecimento e valorização de epistemologias e práticas das Artes Negras da Cena e pelos estudos das Relações Étnico-Raciais.
- Fomentar o interesse de técnicos, alunos e professores do curso de Artes Cênicas da UFSC nos estudos do Teatro Negro, Performance Negra, Dramaturgia Negra, História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Relações Étnico-Raciais, bem como de temas interseccionais;
- Fomentar o interesse de artistas locais e da comunidade de Florianópolis e região pelas Artes Negras da Cena;
- Promover palestras, mesas redondas e rodas de conversa com profissionais capacitados na área de Teatro Negro, Performance Negra, Dramaturgia Negra, História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Relações Étnico-Raciais, bem como de temas interseccionais;
- Realizar oficinas práticas e cursos de curta duração ministrados por especialistas, visando promover a vivência de conteúdos constitutivos das Artes Negras da Cena.
- Exibir filmes e documentários que tratem dos temas supracitados, com palestra/debate após a exibição, ministrado por profissional qualificado na área;
- Apoiar o II Encontro de Práticas Culturais e das Artes de Matrizes Africanas, realizado pelo coletivo Kurima e Kurima Bantu Mulheres Mudempodiro.

Página em branco

- Dar suporte ao curso de Artes Cênicas da UFSC para sua adequação à lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- Respeitar as diretrizes para a criação da disciplina Artes Negras da Cena e Relações Étnico-raciais, junto aos coletivos e movimentos de negros e negras da universidade e da sociedade em geral.

Página em branco

Anexo I

Lançamento da Disciplina

**Novembro de 2018,
MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA**

SP
FL.15

Página em branco

Consequências para o Curso

- Criação da disciplina E adequação das ementas das demais disciplinas do curso (contra à exotização da temática);
- Pioneirismo no cenário acadêmico;
- Contratação de professor(a);
- Reorganização Curricular e encaminhamentos burocráticos;
- Solicitação e compra de material bibliográfico para a biblioteca da UFSC;
- Ampliação de campo epistemológico de pesquisa e extensão;



Oferecimento de uma formação artística pautada na construção de uma sociedade anti-racista

Página em branco

Página em branco

Reflexões sobre a proposta de implantação de uma disciplina obrigatória do Teatro Negro

Sergio Nunes Melo

Introdução

Este texto foi originalmente redigido porque, até a véspera da reunião extraordinária de Colegiado de Curso de 20 do corrente, eu pensava que estaria presente em uma reunião de Coordenadores de Estágio na Sala dos Conselhos. Um dia antes, a Coordenadora de Curso descobriu que o Colegiado de Curso tem prioridade sobre a Coordenação de Estágios. Além disso, a reunião tinha um teto, e não restou muito tempo para que os membros se manifestassem depois que as três expositoras fizeram suas falas. Então preferi anexar este texto à ata da reunião – acrescido de algumas observações feitas presencialmente antes de ter lido uma lista de discordâncias de orientação ideológica com o Movimento Negro e de reflexões posteriores à reunião.

Em primeiro lugar, executo uma ação que aparentemente tem sido depreciada pelo Movimento Negro: Repúdio, com veemência, uma das principais causas que movem esta discussão, isto é, o racismo, sob todas as formas. Não obstante, tenho divergências substanciais quanto aos métodos como a mobilização contra o racismo vem sendo encaminhada por um número significativo de grupos organizados. A convocação do Colegiado de Curso para uma “reunião extraordinária” com a “[a]presentação do planejamento de implantação da disciplina obrigatória de Teatro Negro” como “pauta única” é um exemplo dessa problemática pelo próprio enunciado da convocação.

O problema da obrigatoriedade pela legislação

A problemática remonta à obrigatoriedade do ensino de histórias e culturas afro-brasileiras e africanas nos currículos escolares a partir da Lei 10.639 de 2003, alterada pela Lei 11.645 de 2008. Essas leis são consistentes com a história cultural recente e seguem-se ao início do acesso de afro-brasileiros a cargos executivos das políticas estaduais e federais a partir da década de 80, principalmente desde o primeiro mandato do PT, quando afrodescendentes foram nomeados ministros de Estado. No entanto, como foi praxe durante seus quatro mandatos seguidos, o partido ditava normas educacionais sem aprofundar a discussão com uma equipe diversificada de especialistas e sem indicar e muito menos fomentar modos pelos quais deveriam ser seguidas. Conforme argumenta o antropólogo Antonio Risério,

[f]irmou-se uma atitude “religiosa” no tocante à matéria. Mulheres, veados, índios, pretos, lésbicas, etc., estavam com a razão. Eram os humilhados e ofendidos, vítimas da opressão e do preconceito, que falavam de suas dores

Página em branco

e ressentimentos, de seus anseios, projetos e reivindicações. Caberia aos demais, à “maioria”, ouvir as suas palavras e apoiar suas lutas. Como se fossem culpados e estivessem ali para se redimir de um passado machista e racista. Para pagar pela omissão transata. E o fato é que tais discursos foram sacralizados. Estabeleceu-se, além disso, o seu monopólio. Como só uma mulher sabe realmente o que é ser mulher num mundo machista, como só um negro sabe o que é ser negro numa sociedade racista, *and so on*, aí de quem tentasse “sequestrar” os seus discursos. Só “minoritários” podiam falar por “minorias”. Restava, aos restantes, hipotecar solidariedade. Com essa postura reverencial cristã, esquivando-se a qualquer pecha de machismo ou racismo, deixava-se de fazer uma distinção elementar. O discurso de uma minoria como a dos deficientes físicos é, principalmente, técnico. Diz respeito a problemas de facilitação de movimentos, acesso a determinadas práticas sociais. Aqui discutem-se soluções práticas e não princípios, premissas ou processos. A dimensão é sintática, no sentido de ordenamento das coisas. Já o discurso de pretos e mulheres, não. É – sobretudo – político. Ideológico. Como tais discursos tinham sido meramente aceitos, jamais discutidos, o governo petista foi simplesmente tocando o barco. Não constituiu um núcleo de pensamento sobre o assunto. O Ministério da Cultura deveria ter assumido este caráter de centro de reflexão e plataforma de lançamento de ideias. Mas a verdade é que o MinC se revelou um exemplo de indigência da inteligência, caracterizado por uma espécie de apatia neuronal. E assim o governo mete os pés pelas mãos em matéria de políticas sociorraciais. É exposto ao ridículo com a publicação de uma cartilha do “politicamente correto”. E deixa o presidente entregue a si mesmo, como no discurso do “perdão” senegalês, sob o signo da pieguice e da ignorância histórica.

A ignorância histórica que Risério menciona é a participação de reinos africanos nas transações escravagistas entre europeus e africanos. A manifestação presidencial insuficientemente elaborada reflete a falta de uma ação responsável do Estado, que, além de não lograr resultados satisfatórios nem duradouros com relação à prometida inclusão social, que ficou mais vistosa como item de marketing do que avanço real, também negligenciou uma das questões sociais mais importantes do Brasil: a da plataforma de partida igual para todos, sem a qual democracia é apenas uma aspiração, não uma realidade. De todo modo, conforme observa Risério, o tema da educação de temas étnicos passou a fazer parte do discurso oficial do poder, e com o respaldo de boa parte da classe intelectual, que não tem se empenhado em fazer uma reflexão devida, constitui uma área contenciosa vista como ponto pacífico por grande parte da academia. Diante de uma série de conflitos que têm surgido em relação a posicionamentos questionáveis e suas consequências, a dialética é urgente.

No âmbito universitário, a questão da obrigatoriedade do ensino de histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas nas escolas implica, antes de tudo, os Cursos Superiores que formam docentes dos Ensinos Fundamental e Médio. Na universidade, o Curso chave dessa obrigatoriedade é obviamente o de História, que, na UFSC, tem uma única disciplina obrigatória em sua grade curricular, História da África (cf.

Página em branco

<http://historia.grad.ufsc.br/programa-das-disciplinas/>). Se um Curso inescapavelmente comprometido, por sua natureza, a oferecer o conteúdo em questão o contempla com apenas uma disciplina obrigatória, por que o Curso de Artes Cênicas, com finalidade indeterminada tanto no nome quanto numa grade curricular que não leva a habilitações específicas – apenas a afunilamentos de áreas – chega ao ponto de precisar se igualar ao Curso de História?

Ao analisarmos o texto “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial do Ministério da Educação, podemos entender que há, nesse conjunto de regulamentações, um posicionamento relevante no que tange à igualdade de direitos e à valorização das diversidades étnicas. Porém, como observa Risério, o Estado brasileiro tem delegado seu papel de articulador dessa política exclusivamente aos grupos de Movimento Negro. É um caso de informalidade oficializada quer por motivos de manutenção de capital político, quer por motivos de abstenção de sua responsabilidade de articulador de uma síntese da discussão epistemológica.

O problema do monopólio epistemológico e da eficácia de suas estratégias

Como segundo dado a considerar na reflexão sobre o valor formador de uma disciplina obrigatória de conteúdos africanos, o discurso dos grupos de Movimento Negro têm travado discussões que considero contraproducentes no âmbito das identidades sociais e potencialmente aprofundadoras do racismo, gerando mesmo um racismo reverso em alguns casos. Entre esses equívocos, estão:

- 1) A ‘apropriação cultural’, que tem sentido, por exemplo, quando as tias da ala das baianas de uma escola de samba são substituídas por celebridades, mas que constitui uma agressão aos princípios do sincretismo que está nas bases culturais brasileiras quando, por exemplo, uma pessoa de pele clara é vista usando um turbante, fato que se tornou notório a partir do caso concreto de uma paciente de câncer em Curitiba cuja lamentação foi taxada de “mimimi de branquitude” por grupos de Movimento Negro;
- 2) O ‘lugar da fala’, que se refere à singularidade que um sujeito tem para expressar um trauma mas que se torna uma violação à liberdade de expressão quando usado para literalmente calar sujeitos sobre assuntos inerentes à estruturação da comunidade como um todo, alçando a singularidade do trauma a monopólio nato;
- 3) A hostilização de fontes epistemológicas fundantes de conhecimentos essenciais do Curso de Artes Cênicas por serem ‘eurocênicas’, como se o Teatro pudesse realmente deixar de lado cerca de vinte e cinco séculos de história enquanto arte como evento espetacular independentemente do ritual, ao contrário do que foi nas culturas africanas antes que o sincretismo passasse a redefinir a ecologia cultural da África e dos africanos diaspóricos;
- 4) A ausência de empatia elementar como atitude normativa em relação a pessoas brancas, como ocorreu no saguão do bloco D do CCE quando uma aluna do Curso de Artes Cênicas, à espera de socorro depois de uma queda das escadas, ouviu, juntamente com testemunhas, que não havia motivos para preocupações porque, sendo a vítima loura, não lhe faltaria socorro;

Página em branco

- 5) A utilização do racismo como justificativa coringa à disposição para intimidação diante de qualquer obstáculo inerente à ordenação institucional, conforme ocorreu com uma funcionária do CCE com ficha ilibada que teve que prestar depoimentos à beira da aposentadoria por causa de uma ação movida injustamente;
- 6) A raiva, que hoje, com os antropólogos Alex Flynn e Jonas Tinius, entendo como um fenômeno a ser posto em perspectiva etnográfica mas que não posso aprovar como atitude a ser cultivada em lugar algum, principalmente no meio acadêmico;
- 7) A arrogância, que faz com que aulas inteiras e até planos de disciplinas sejam prejudicados quando discursos irrelevantes aos conteúdos propostos se sobrepõem à fala do docente e a de todos os colegas, o que inclui outros afrodescendentes que não compartilham de determinado posicionamento;
- 8) O fundamentalismo linguístico, com enfoques etimológicos e semânticos questionáveis, que patrulha o léxico vivo como se o racismo pudesse monopolizar uma série de palavras que continuam a ter sua ecologia semântica independentemente – por exemplo, o uso do substantivo ‘trevas’, significando apenas o antônimo de luz. Será que é realmente necessário apagar do mapa a canção ‘Salve a mulatada brasileira’, de Martinho de Vila?;
- 9) O ‘colorismo’, argumentação que está em conflito direto com a constituição etnicamente mestiça e culturalmente sincrética da sociedade brasileira e com a assimilação de afrodescendentes em várias esferas mundiais de representação, inclusive e principalmente no teatro;
- 10) Por fim, o corolário do ‘colorismo’, a aberração da assertiva que “miscigenação é genocídio”.

Tendo conhecimento empírico – quer como docente, quer como cidadão em contato com afrodescendentes desde sempre – de alguns dos itens enumerados acima, passo à explicação teórica que encontrei na pesquisa da qual me incumbi desde que, no segundo semestre de 2017, solicitei uma consulta ao serviço de Psicologia da PRAE e fui orientado a abordar os conflitos com o alunado a partir da perspectiva de entendimento do “perfil do novo ingressante.” Quando entendi que não haveria apoio institucional da UFSC para uma questão urgente, passei a pesquisar a interface entre Teatro e Antropologia. A partir dessa aproximação, entendi ser necessário examinar a fundo o discurso da miscigenação, que é o da identidade cultural brasileira.

Indo de encontro ao reconhecimento da mestiçagem como configuração real da sociedade brasileira, o que tem se propagado como discurso decolonizador do Movimento Negro é a transplantação de uma teoria desenvolvida para a realidade estadunidense, a única cultura mundial em que a miscigenação não é um fenômeno reconhecido, porque a regra é a de que ‘uma gota sangue’ negro faz de um indivíduo um negro independentemente do fenótipo. O discurso brasileiro importa os conceitos estrangeiros negligenciando as especificidades brasileiras. Esse discurso implica, então, permissividade programática, submissão mental e uma nova disposição à colonização. Levanta-se de um altar para ajoelhar-se em outro. Ocorre que o Brasil é um país tão sincrético que muitos brancos, dependendo de onde tenham crescido, morado etc., têm características africanas. Mas esses laços não são óbvios nem para os supremacistas brancos nem para vários movimentos negros. Por exemplo, equalizar miscigenação a genocídio é uma atitude tão autoritária que chega a desprezar a história e a geografia humana de um país em função de uma agenda que implicitamente beira a validação de



ideais de eugenia reversa, como no recente caso de pressão para que uma cantora mestiça desistisse do papel de uma falecida estrela do samba que tinha a melanina mais acentuada. Aí está uma forma de acolhimento irrefletido do imperialismo cultural estadunidense. Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant identificam o fenômeno partindo do princípio que “o imperialismo cultural repousa no poder de universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular, tornando-os irreconhecíveis como tais”. Não lhes parece que Estados Unidos e Brasil têm trajetórias suficientemente diferentes a ponto de terem percepções de etnias sem equivalências, manifestações díspares de racismo e estruturas socioeconômicas muito diversas? Não lhes parece que as bases epistemológicas utilizados pelo Movimento Negro se assemelham à prática de um Procustes que não fez o dever de casa da antropofagia? Focando no microcosmo de um Curso acadêmico, uma disciplina obrigatória de conteúdos relativos a questões identitárias é essencial?

O problema dos interesses do Curso de Artes Cênicas

O terceiro entrave no que tange à proposição de uma disciplina obrigatória de conteúdos étnicos diz respeito às expectativas pelas quais o Curso é avaliado pelo MEC, órgão que pode decidir pela descontinuidade do Curso caso observe que esse não cumpre as metas estabelecidas. Ocorre que o Curso de Artes Cênicas, embora tenha obtido um conceito 4 na última avaliação do MEC, tem prioridades a observar e a ajustar em sua grade curricular. Na última avaliação, como Coordenador de Curso, tive certa dificuldade em ser arguido realisticamente sobre algumas questões:

- 1) O PPC contempla as demandas efetivas de natureza econômica e social?;
- 2) Como o perfil profissional do egresso expressa suas competências?;
- 3) Como os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam o desenvolvimento do perfil do egresso considerando, em análise sistêmica e global, os aspectos: adequação das cargas horárias e adequação da bibliografia?

Em outras palavras, quero dizer que o perfil profissional do egresso, que é o maior compromisso institucional que devemos ter, fica em segundo plano quando se prioriza uma disciplina obrigatória por questões políticas que não foram devidamente atendidas pela própria política que as instaurou, propositalmente deixando-as para que nós as resolvamos e com a urgência de sempre. Concordo com Umberto Eco que “a única força que move o intelecto especulativo é a verdade”.

Ao ser convocado para a reunião pela primeira vez, me dei ao trabalho de consultar alguns alunos sobre a necessidade de uma disciplina obrigatória de Teatros Negros. Dos alunos consultados, entre os quais dois afrodescendentes, 100% responderam favoravelmente à questão dos conteúdos, 100% responderam que não viam necessidade da disciplina ser obrigatória e 100% responderam que jamais tinham sido consultados sobre suas opiniões a respeito pela representação discente. A propósito da interação entre os membros do corpo discente, vários discentes afirmam que não vão às reuniões porque não estão satisfeitos com a forma como são conduzidas. Como me dei ao trabalho de ouvir o alunado e como estou ciente das expectativas institucionais quanto ao que estamos fazendo, pergunto:

- 1) Estamos atendendo às demandas prioritárias de um Curso de Artes Cênicas?

Página em branco

2) Haveria necessidade de aumento de carga horária de algumas disciplinas? Minha interlocução com o alunado leva a crer que sim;

3) Seria o caso de assumirmos que o Curso é definitivamente indeterminado quanto a carreiras profissionais (constantemente versáteis na prática) e que, por isso, deve oferecer uma grade particularmente flexível, com um mínimo de disciplinas obrigatórias, dando a cada discente liberdade para organizar sua própria formação crucial?

3) Ou, ao contrário, não é o caso de optarmos pela possibilidade dos afinilamentos se tornarem habilitações específicas?

Em 2015, ano no qual meu *stress* na posição de Coordenador de Curso foi a níveis próximos do intolerável, me posicionei firmemente a favor da permanência da disciplina Performance que, naquele momento, ficava sem o titular da equipe. Meu posicionamento estava ligado ao fato de que uma área do conhecimento difusa e que já fazia parte do currículo do Curso deveria continuar – apesar da disciplina, a rigor, não contribuir decisivamente para as prioridades traçadas pelo MEC. Neste momento, porém, minha determinação em seguir os preceitos de não oposição inerente à Desconstrução derridiana são desafiados quando uma ação com desdobramentos potencialmente autoritários se configura. Não importa em que termos esteja elaborada a proposta. O que denota autoritarismo é o sintagma “disciplina obrigatória”; o que clama por reflexão é uma disciplina que não tem implicações imprescindíveis para a formação profissional do alunado chegar a ser proposta numa reunião obrigatória e com caráter obrigatório quando tanto se alardeia sobre a antidisciplinaridade; o que soa contraditório é a possibilidade da decolonização ser utilizada para como um novo modo de colonização através de uma abordagem dogmática, a qual, a propósito, foi testemunhada na reunião. Por exemplo, a afirmação de que os indígenas brasileiros teriam assimilado um comportamento machista dos brancos, veiculada pela expositora convidada, indica, no mínimo, desconhecimento de uma cultura na qual os papéis de gênero são marcados, onde o homem é líder natural e onde a poligamia masculina não é estigmatizada. A atribuição de significados etnocêntricos aos indígenas é uma demonstração dos equívocos subjacentes à argumentação que está implícita num discurso que aparentemente visa estabelecer dogmaticamente uma releitura pós-modernizada do bom selvagem, que vivia numa sociedade idílica sem conflitos entre grupos antes do contato com o único vilão da história. O conhecimento que promove desenvolvimento como mudança não pode estar condicionado por ajustes falaciosos para que um Curso possa formular e promulgar uma visão mais justa da sociedade.

Comentários conclusivos pós reunião

Pergunto: Não é dever cívico de todo o corpo docente honrar uma instituição que, a despeito de todas as suas lacunas, nos dá a oportunidade de elaborar livremente nossos temas de pesquisa, extensão e disciplinas optativas? A propositividade está ao alcance de todos. Foi nesse sentido que decidi oferecer uma disciplina optativa sobre africanidades. Parti do conceito de *reflexividade relacional para o desenvolvimento como mudança*, dos antropólogos Flynn e Tinius. A proposta da disciplina foi qualificada como racista pela expositora convidada à reunião de Colegiado, por ser optativa e por ser oferecida por um branco. Argumentei que, além de ter partido de uma plataforma que pretende abraçar o potencial da família humana, está também baseada em conhecimentos originalmente



adquiridos no bairro de Vila Isabel, no qual este docente foi criado rodeado de afrodescendentes. Além do direito irrestrito a todo conhecimento que eu possa acessar, é principalmente o direito à minha história que está em questão. É necessário realmente que alguém que não tem fenótipo afrodescendente deva renunciar a conhecimentos e a interesses genuínos, como, por exemplo, a música que tem feito parte dos aquecimentos de minhas aulas práticas através de canções africanas que coleciono há anos?

A discussão que o monopólio genético do conhecimento implica é tão abrangente que não posso nem mesmo pretender esboçar um resumo aqui. De todo modo, resumidamente posso afirmar com convicção que não deve haver lugar na universidade para exclusividades magisteriais. Diz-se, com Piaget, que o conhecimento é construído porque se processa através de ressignificações. A prática da doutrinação de itens fixos de manual é contrária ao fomento do conhecimento, que é orgânico e que se patentiza por transformações individuais que envolvem escolhas responsáveis. É nosso dever de docentes preservar e dar espaço a conhecimentos técnicos e teóricos que possam gerar no alunado a competência de se expressar livremente, seja sobre identidades étnicas, identidades de orientação sexual, sobre ideologias políticas e todas as suas possíveis interpretações do mundo. Deixemos as formas e os conteúdos à escolha do futuro egresso. Não pode haver racismo algum nisso – muito pelo contrário. Os conteúdos afro-brasileiros bem como os ecológicos, previstos nas regulamentações do MEC podem ser contemplados nos conteúdos de todas as disciplinas práticas e de várias disciplinas teóricas.

A propósito, como responsável jurídico pelo Curso durante a última avaliação do MEC e portanto implícito na fala em que a expositora convidada afirmou que o MEC teria cobrado os conteúdos obrigatórios, esclareço que o discurso dos avaliadores foi propositivo, indicando, ao contrário da insinuação da expositora, várias possibilidades de inserção de tais conteúdos nas disciplinas.

Ainda como responsável jurídico pelo Curso, chamo atenção para a fala em que a expositora mencionou um caso de solicitação de trancamento de disciplina no qual não foi atendida por racismo. Esclareço que o processo foi indeferido por uma motivação tecnicamente incontestada e confirmada em instância superior: o professor da disciplina alegou aos autos a ficha de chamada, que comprova que a ex-discente, na época, já estava reprovada por faltas quando da entrada do pedido. Além disso, o atestado médico apresentado declarava apenas uma dúvida diagnóstica que jamais, através de comprovação oficial pelo menos, se tornou uma certeza diagnóstica. Portanto, a questão à qual tenho que retornar infelizmente só demonstra como uma ação burocrática regular pode ser transformada em pretexto de racismo nos dias que correm, nos quais o poder de evocação e a amplitude do que designa ‘racismo’ aproxima gradualmente o conceito do que do que representou o de ‘heresia’ há alguns séculos.

Termino este texto recuperando o início de minha fala na reunião de Colegiado. No ano de 2017, tive o dissabor de veras acres de ser informado sobre uma campanha de calúnia e difamação a meu respeito. Um grupo de alunos, que convenientemente jamais ousou cruzar a fronteira da ação subreptícia, afirmava sistematicamente que este docente tinha vindo para a UFSC fugindo de um processo por racismo. Como é constrangedor pedir a qualquer pessoa que testemunhe, somente abordei a questão em minhas turmas e para alunos próximos a mim, chamando atenção para o fato de como é fácil coisificar

Página em branco

uma pessoa. Isso acontecia meses antes da UFSC vir a ter um caso emblemático de suicídio causado por calúnia e difamação levadas às últimas consequências.

Minhas reservas quanto a uma disciplina que potencialmente se estrutura a partir de conteúdos dogmáticos se relaciona, portanto, a um trauma, o qual espero superar com a tomada de consciência coletiva de que somente nos compreendendo melhor é que poderemos superar entraves a uma sociedade justa. Só posso compreender a reflexividade relacional, que impulsiona o desenvolvimento como mudança, na articulação rigorosa do pensamento, da reflexão constante a partir de contextos. Por isso, clamo que nossa prioridade seja corresponder à orientação do MEC, que se refere fundamentalmente às possibilidades de inserção dos egressos no campo de atividades.

Ressaltando meu apreço pelo trabalho da Coordenação de Curso, missão árdua, avalio que a proposição em questão, não impulsiona o Curso de Artes Cênicas à excelência, não contempla devidamente a especificidade cultural brasileira, não representa a visão do alunado e vai muito além do que as leis sobre os conteúdos étnicos demanda.



Florianópolis, 25/06/2018

Sp
FL08

Página em branco

Mês Krystina Kattelan Miguez Koski e Paula Pivatto, enquanto representantes discentes na reunião de colegiado do curso de Letras Línguas, ocorreram uma omissão do ato da reunião extraordinária redigida dia 23 de Junho de 2018. Nesse primeiro momento é referente a tentativa de boicote a reunião, utilizando-se de argumentos de que a coordenação supostamente não tem respaldo legal para propor a implementação de uma matéria, o professor Paulo Sartori tentou inserir a reunião durante o meio. Após suas colocações, a atual coordenadora Paula Genaro tentou explicar que a coordenação tem respaldo legal pela lei, no que é interrompido nos gritos pela mesma (linhas 34-35). Posteriormente também de deixar registrado nesse profundo mal-estar durante e após a reunião, especificamente por termos ~~presença~~ presenciado atitudes violentas e discursos de ódio por parte de alguns professores.

Paula Pivatto e Krystina

24 de novembro de 2018

Confere com o original, em: 14/11/2018

Cássio Vinícius Araújo Spósito

credeal

Cássio Vinícius Araújo Spósito
Universidade Federal de Santa Catarina
Assistente em Administração
SIAPE: 1178914

Página em branco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (48) 3721-2343
E-MAIL: artes.cencias@contato.ufsc.br

APARTADO DA ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE COLEGIADO DO CURSO

Apartado da Ata de Reunião Extraordinária de Colegiado do Curso de Graduação em Artes Cênicas, realizada no dia 20 de junho de 2018, às 14:30h, na sala 211(LEC), do Bloco D, do Centro de Comunicação e Expressão.

Esse apartado pontua, na narrativa da ata de 20 de junho de 2018, situações de tensões e de violências ocorridas durante a sessão, e registra detalhes da fala realizada pela convidada Roberta Cristina Araujo de Lima.

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos, na sala duzentos e onze do bloco D do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se o Colegiado do Curso de Graduação em Artes Cênicas, com a presença dos membros: Débora Zamarioli, Fábio Guilherme Salvatti, Rachel Teixeira Dantas, Paulo Ricardo Berton, Rafael Luiz Marques Ary, Sergio Nunes Melo, Luiz Fernando Pereira, Guilherme Rosário Rotulo, Cássio Vinícius Araújo Spósito, Priscila Genara Padilha, Elisana de Carli, Janaína Trasel Martins e Maria de Fátima Moretti, as representantes discentes Krysleine Kathllen Wieszorkoski e Paula Pivatto, além das convidadas: Prof^ª. Dr^ª. Miriam Furtado Hartung (Diretora do CFH e pesquisadora em etnografia do Departamento de Antropologia da UFSC), Prof^ª. e Bel. em Artes Cênicas (UFSC) Roberta Cristina Araujo de Lima, (mestranda e pesquisadora da PGET/UFSC, idealizadora e diretora geral do Vozes de Zambi: Voz, Performance, Cena e Consciência Negra - coletivo e projeto de extensão(UFSC), fundadora e diretora do Coletivo Kurima – Estudantes Negras e Negros da UFSC e da Kurima Bantu Mulheres MUDEMPODIRO), e Amanda Duarte de Campos (discente do curso de artes cênicas e integrante do Coletivo Vozes de Zambi). A presidente abriu os trabalhos saudando a todos, solicitando permissão para fazer uma retificação na pauta: ao invés de intitular a disciplina de Teatro Negro, ela será intitulada Artes Negras da cena e relações Étnico-raciais. Em seguida, informou que, a princípio, aquela reunião seria sem cunho deliberativo, pois se tratava de um assessoramento para planejamento acadêmico e, introdução no Colegiado, das discussões sobre a implantação de uma disciplina obrigatória intitulada Artes Negras da Cena e Relações Étnico-Raciais, que estavam sendo tratadas no âmbito do curso desde o final de 2016, em assembleias gerais, ações pedagógicas e outras instâncias. Informou ainda que, a reunião contaria com a participação de convidadas para enriquecer e detalhar as informações acerca da matéria em pauta, caso o colegiado estivesse de acordo. A presidente do colegiado colocou a ordem do dia, pauta única, para apreciação e aprovação do colegiado. O professor Paulo perguntou se alguém gostaria de começar – e sem resposta – questionou de forma veemente a presença das convidadas e o motivo de a discussão sobre a implantação de uma disciplina estar acontecendo no Colegiado ao invés de acontecer no NDE. A professora Elisana, pediu a palavra, e questiona que essas discussões não tenham chegado a ela, mas admite que estaria retornando de um afastamento de Pós-doutorado, e ainda coloca que o assessoramento deveria ter sido tratado anteriormente. O professor Luiz Fernando, pediu a palavra, e questionou sobre o conhecimento da presidente do colegiado e da sub-coordenadora acerca das leis e normas que tratavam do tema. Incluiu a observação sobre a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (48) 3721-2343
E-MAIL: artes.cencias@contato.ufsc.br

existência de leis sobre diretrizes similares para história e cultura indígena, e disse que todos os membros do Colegiado deveriam lê-las e se apropriar do assunto antes de ocorrer uma reunião como esta. A profa. Priscila pede a palavra para responder às indagações, mas, aos gritos, o prof. Paulo a interrompe no momento da fala. Foi solicitado que o professor respeitasse o momento de fala da professora. Ele continuou sua fala, gritando e questionando a presença das convidadas. Foi solicitado que ele parasse de gritar e que deixasse a professora continuar sua fala. Ela seguiu e explicou que as coordenadoras, propositoras da reunião, tinham conhecimento de ambas as leis e dos documentos que as acompanham. Em seguida, respondeu que a matéria em pauta foi trazida para o colegiado, pois o NDE estava se reestruturando, depois de 2(dois) anos de desarticulação e que estava com acúmulo de demandas. Além disso, a coordenação tem o respaldo da resolução 018/CUn/2004, na qual ela tem competência para propor políticas de capacitação pedagógica e coordenar ações de reestruturação e de avaliação curricular. A profa. Débora complementou informando a todos que, duas das convidadas eram representantes de coletivos de estudantes negros e negras da UFSC, e que, adiantando a explanação que seria apresentada na reunião, as diretrizes que acompanham a lei nº 10.639, recomendam a participação dos coletivos e movimentos negros no processo de implantação de disciplinas e conteúdos referentes à cultura e história africana e afro-brasileira. A Professora Miriam, desconfortável com os rumos da sessão pediu licença ao Colegiado e propôs que ela e as outras convidadas se retirassem da sala até que a discussão tivesse sido superada. Assim as convidadas se retiraram. A professora Priscila explicou que o processo de discussão do tema tinha acontecido em instância de Assembléias Gerais do Curso no final de 2017, com a presença de estudantes, docentes e técnicos, e que esta reunião de assessoramento estava ocorrendo para fazer uma retomada histórica e trazer o acúmulo de discussão para o Colegiado, assim como para que os movimentos sociais negros trouxessem suas perspectivas, e, por isso, estava-se propondo que a reunião fosse aberta para a presença das convidadas Amanda – ouvinte, Roberta – com direito a fala, e Miriam – com direito a fala. A presidente do colegiado retoma a palavra e disse que muito iria se esclarecer se o ponto de pauta fosse aprovado, uma vez que a reunião estava sendo impedida de acontecer, e que se pudesse seguir com os ritos da sessão: apreciação e aprovação da ordem do dia, apreciação e aprovação da presença das convidadas, limitando-se à exposição e à discussão sobre o tema, não cabendo, a elas, poder de deliberação. A representante discente Kryslaine reafirma a necessidade e a importância da reunião e solicita que o colegiado a inicie sem mais demoras. O professor Fábio também se manifesta, pedindo que o colegiado permita que a reunião aconteça e que o tema seja debatido. A presidente do colegiado colocou em votação a ordem do dia. Aprovada por unanimidade. Em seguida foi realizada uma votação em que aprovou por maioria a presença das convidadas conforme a proposta da professora Priscila. O professor Sergio pediu a palavra para sugerir que fosse estabelecido um teto – de tempo – para a reunião, e ainda propôs que se estabelecesse tempo de fala, pois segundo suas palavras: “Essa gente não consegue ser concisa”. As propostas foram rejeitadas, mas indicou-se a coordenação da reunião “bom senso” quanto ao uso do tempo. Assim as convidadas foram novamente chamadas à plenária. De forma intempestiva o professor Paulo se retirou do recinto. A presidência da reunião então passou a palavra para a convidada Roberta, que cumprimentou aos presentes e demonstrou sua indignação com a situação “horrrível e inaceitável” criada na reunião. Continuou sua fala calmamente fazendo uma manifestação de repúdio em seu nome, em nome de negras e negros e em nome das mulheres, indignada pela cena explícita de racismo e machismo configurada ali, de notável presença de desrespeito às convidadas, às mulheres negras e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE

CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

TELEFONE: (48) 3721-2343

E-MAIL: artes.cencias@contato.ufsc.br

às professoras da presidência da reunião. Destacou que todas as mulheres que constituíam a reunião foram imediatamente atacadas de forma "horrrível", por um desrespeito "inaceitável", bem como frisou sobre o mal estar daquelas falas violentas e repetidas aos gritos. Destacou que era exatamente sobre estas práticas sobre as quais se opunha, a violência racial e qualquer outro tipo de violência. Disse ainda que aquela manifestação do professor seria, para os pesquisadores da área, um conhecido e visível mecanismo de racismo institucional na tentativa de impedir que as acadêmicas negras, principalmente, permanecessem no local para contribuir no processo de construção do ensino de pauta negra. Ponderou ainda que, até então, essa pauta sempre fora tratada de maneira velada, no histórico do curso, como não legítima pela maioria docente. Observa que, no momento presente, o professor insistentemente estava buscando, junto ao colegiado, invalidar e inviabilizar a realização da reunião de temática negra, anunciada e marcada com antecedência. Continuou dizendo que esta pauta foi sendo construída no curso há quase dois anos anunciadamente através de parcerias. E, que neste período de construção com a coordenação praticamente não se viu a presença ou a participação da maioria dos professores, nem o interesse dos mesmos em discutir, implementar, inserir conteúdos, ou se aprofundar sobre a temática junto às atividades abertas organizadas pela parceria entre a coordenação do curso e o Coletivo Kurima e Kurima Bantu Mulheres, nos quais ela é fundadora e diretora. Colocou que o mesmo professor expôs as convidadas e principalmente fez as duas acadêmicas negras serem e sentirem-se discriminadas naquele ambiente. Destacou com pesar a violência racial e de gênero manifestada pelo professor, mascarada de motivos diversos, atacando-as nitidamente, seja no tratamento direto com a presidente da mesa, ou se referindo às convidadas, como se não estivessem presentes. Manifestou estar chocada com o racismo agressivo e o descontrole manifestado pelo Professor Paulo Berton naquele colegiado em relação às suas presenças e em relação à pauta negra daquela reunião. Após bradar repetidas vezes: "essas pessoas não podem ficar aqui", a convidada colocou que o professor as tratou como algo similar ao que já ocorria no curso de outras formas. Exemplifica momentos de sua trajetória acadêmica na UFSC enquanto era estudante do curso de Artes Cênicas, professora e diretora do projeto de extensão Vozes de Zambi: voz, performance, cena e consciência negra. Em algumas dessas ocasiões de aulas, oficinas e ações, ela e alunos, de maioria negra, eram hostilizados e invisibilizados em suas presenças, nos espaços de circulação das salas de aula do curso de artes cênicas. Continuou explanando sobre a forma hostil e de desvalorização com que a UFSC, por meio de parte de seus servidores, professores e setores, vem tratando diversas iniciativas estudantis e populares de discussão acadêmica. Disse que, apesar de haver uma parcela de servidores que se isenta, pelo silenciamento frente às violências, outra que opõe ao processo de inclusão de conteúdos de matrizes africanas nos currículos dos cursos da UFSC - e da disciplina de Artes Negras da Cena e Relações Étnico-raciais no curso de Artes Cênicas -, há uma parcela de servidores públicos que constrói junto aos coletivos negros e avança nas discussões acerca da diversidade epistemológica. Salientou que servidores que agem pelo retrocesso terão que responder às legislações vigentes. Disse ainda que, aquele momento violento a remetia a fortes características das diversas formas de violências existentes no curso, e falou sobre os motivos que a levaram a direcionar estas questões para seu trabalho de pesquisa acadêmica, bem como na extensão universitária e, pessoalmente, como artista e professora, resistindo à presença ostensiva do racismo no curso, vencendo-o e se formando. Continuou relatando que a violência que sofrera durante sua formação, de diferentes formas e em diversos momentos, era naturalizada pela instituição, acabando por impulsioná-la a buscar formas para eliminá-la e estar junto às pessoas que valorizam um ensino humanizado, como



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (48) 3721-2343
E-MAIL: artes.cencias@contato.ufsc.br

já fazia em sua atuação como professora de música e artista antes de ingressar na UFSC. Destacou que buscava estar junto a pessoas para as quais a presença da diversidade humana não aparentasse ser um crime. Chamou a atenção para o fato de que se não fosse por sua resistência e trabalho pessoal, o epistemicídio de seus referenciais teóricos de matriz africana: africanos e afro-brasileiros, promovido pela invisibilidade dessas referências nos trabalhos e disciplinas do currículo do curso de Artes Cênicas, somado às agressões do racismo estrutural, institucional e pessoal reproduzidos na UFSC, a teriam levando ao abandono do curso, pois o adoecimento decorrente das violências constantemente sofridas já estava consumado. Afirmou que tanto o epistemicídio negro, como o racismo estrutural, institucional e pessoal, precisam ser enfrentados e erradicados pelas legislações vigentes e, também, pela educação consciente. Falou ainda que, estava ali, naquela reunião, atuando através da educação junto à coordenação, ensinando, dando consultorias e apoio pedagógico como mais uma forma de coibir o racismo, ainda que haja outros mecanismos indispensáveis, tais como as penas cabíveis. Falou sobre a oportunidade que o curso tem de mudar, fato que já ocorre visivelmente, possibilitando que os novos estudantes que cheguem não passem pelo o que ela passou, bem como, futuramente, possam ter acesso a um ensino que não se foque em pensamentos e práticas hegemônicas eurocentradas, mas sim por uma proposta de Universidade com diversidade epistemológica e de espaço humano, e de conhecimento, plural. Salientou, em sua apresentação, a recorrência de violências epistemológicas e fez uma retomada de situações de opressões raciais pela presença do epistemicídio dos conhecimentos de matriz africana e afro-brasileira no curso de artes cênicas, tornando sua formação tortuosa. Destacou que, ainda que tais situações fossem danosas à sua existência e permanência no espaço universitário, elas foram sendo motivo de ampliação de suas pesquisas e parcerias, na tentativa de mudar o ambiente acadêmico, tornando viável o acesso a conteúdos e epistemologias que contemplassem a real diversidade brasileira. Lembrou que o curso de Artes Cênicas da UFSC é ministrado no Brasil, onde 54% da população é negra, mas ainda se estuda, quase que unicamente, epistemologias de matrizes europeias e que isso fica evidente ao se observar seu currículo. Falou que observou, em sua prática estudantil, a naturalização do estudo hegemonicamente eurocentrado de boa parte dos docentes. Destacou, ainda, que tais docentes não percebem a hegemonia eurocentrada em seus discursos e práticas em aula e, pessoalmente, negam o fato. Disse que tal hegemonia, no currículo de Artes Cênicas, é disfarçada pela presença de algumas outras epistemologias que foram sendo apresentadas ao longo do curso, sem o aprofundamento devido e sem que se referendassem as importantes contribuições que poderiam dar à formação humana e artística dos estudantes deste curso, qualificando-os para a vida cidadã e responsável. Destacou a importância do que a parceria entre coordenação de curso e Coletivo Kurima está fazendo acerca da construção, implementação e presença da disciplina obrigatória de Artes Negras da Cena e Relações Étnico-Raciais. Falou que, historicamente, este processo foi iniciado no curso através de seu trabalho no projeto e coletivo Vozes de Zâmbi, e, depois pela atuação do coletivo Kurima dentro do curso, através de ações e formações pela diversidade, produzindo mudanças no ambiente do curso e proporcionando a ampliação da consciência dos participantes e a qualificação dos conhecimentos. Em seguida, finalizou com a apresentação de vídeos com alguns depoimentos de docentes da UFSC e de outras universidades parceiras - do Coletivo Kurima, da Kurima Bantu Mulheres e da artista - que atuaram diretamente com ela em diferentes ações ou que tiveram participação em processo de implantação de disciplinas similares que cobriam temas étnicos raciais e a produção acadêmica negra. A presidência retomou a palavra para fazer uma apresentação a respeito do acúmulo de discussão, e planejamento realizado na coordenação do curso e nas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE

CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

TELEFONE: (48) 3721-2343

E-MAIL: artes.cencias@contato.ufsc.br

Assembléias Gerais do Curso através de uma apresentação digital, Anexo I. Durante a apresentação da professora Débora, parte da plenária ficou agitada, buscando as informações apresentadas pela presidente, acerca das diretrizes do MEC e da lei 10.639, na internet. Vendo que parte do colegiado estava tendo essa atitude, a profa. Priscila pede licença à presidente, e faz um apelo aos presentes para que a coordenação tenha respeito e respaldo em sua apresentação, e que todos prestassem atenção. A presidente segue com a apresentação. Mediante a continuidade da conduta por parte do colegiado, novamente, a profa. Priscila pede permissão à presidente, e solicita a atenção e o respeito às professoras coordenadoras. E, complementa que toda legislação e bibliografia acerca do tema seria disponibilizada ao colegiado por email, e que na própria sala da coordenação, os professores encontrariam documentos sobre as diretrizes que acompanham a lei 10.639 e livros sobre as artes negras da cena e relações étnico-raciais. Incômodado com a situação o professor Fábio pediu a palavra para uma questão de ordem: pediu respeito ao trabalho das coordenadoras do curso e indicou que a legislação, que constava na apresentação não fosse consultada e discutida pela plenária enquanto a fala estava em andamento. Neste instante o professor Luiz Fernando se retirou do recinto, em prantos. A apresentação foi retomada e ao final a palavra foi repassada para a convidada professora Miriam, diretora do CFH e pesquisadora em relações étnico-raciais. A professora Miriam, fez uma retomada histórica de seus estudos e pesquisas junto comunidades negras e suas relações antropológicas, e fez uma contextualização do racismo estrutural e da desconstrução do tema, na atualidade, através de um discurso pautado em Democracia Racial. A presidente do colegiado agradeceu às convidadas e pediu desculpas pela inexperiência em conduções de reuniões dessa ordem, pois não esperava reações como as que todos presenciaram. A presidente fez suas últimas considerações e disse que aquela era a primeira reunião sobre o tema e que haveria outras para discutirem e amadurecerem a questão. O professor Sergio pediu a palavra e informou que havia preparado um documento para ser enviado ao colegiado naquela reunião, pois teria, no mesmo horário, reunião referente à coordenação de estágio, mas, ao ser avisado pela coordenação sobre a prioridade da reunião de colegiado sobre as outras atividades acadêmico-administrativas na instituição, ele compareceu à reunião de colegiado e gostaria de realizar a leitura de dez pontos constantes neste documento, Anexo II, pois o documento demonstrava seu ponto de vista sobre o tema que ali estava sendo tratado. Após a leitura do quarto ponto da carta, as convidadas Miriam, Amanda e Roberta, pediram licença à plenária para se retirarem. A convidada Roberta se manifestou serenamente em meio as falas turbulentas e disse que iria se retirar, pois não era obrigada a escutar mais um manancial de falas racistas. As convidadas se retiraram. O Prof. Sérgio segue com a leitura da carta. A palavra então foi passada ao professor Rafael, que ficou contrariado com a saída das convidadas, pois, em sua opinião, elas deveriam, também, escutar a posição de integrantes do colegiado. Ele prosseguiu e disse que estava parcialmente de acordo com o conteúdo lido pelo Prof. Sergio. Se posicionou contrário ao tema abordado na reunião, e questionou sobre a necessidade de, também, abordar conteúdos sobre cultura nordestina, e sobre imigrantes alemães, italianos e açorianos em Santa Catarina, nas disciplinas do curso. Disse, ainda, que “é preciso ter dados, que não poderíamos nos pautar em subjetivismos”. O Prof. Rafael, pergunta por fim, qual é o critério para essa decisão. A Profa Priscila responde dizendo que o critério é discriminação racial. A representante Kryslaine se retira da reunião, em prantos, dizendo que estava tendo um início de ataque de pânico. A representante discente Paula demonstrou sua indignação com as duas falas anteriores, repudiando o conceito de “racismo reverso” apresentado na leitura do documento do Prof. Sérgio. Assim, eu pedi a palavra e demonstrei minha indignação com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (48) 3721-2343
E-MAIL: artes.cencias@contato.ufsc.br

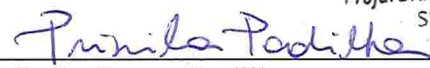
as falas dos professores Sérgio e Rafael, indiquei a todos que a Constituição Federal de 88 negava aos cidadãos brasileiros o desconhecimento das leis como argumento, afirmei que na posição de servidores públicos tínhamos como dever de manter o cuidado com os discursos que produzimos em espaços institucionais, pois a democracia racial evocada na fala anterior e um pouco de meritocracia, pois o professor se dizia proveniente da Comunidade de Vila Izabel, constituía as bases para um discurso de supremacia de raça, visto que neste colegiado não há um negro sequer. E ainda me posicionei contra qualquer argumento moral nos espaços da instituição que tenha a finalidade de se invalidar posições políticas. A presidência encerrou a sessão afirmando que tudo o que aconteceu tinha que ter acontecido. E, que pelo desenrolar dos discursos deveríamos nos preocupar com a questão étnico-racial, tanto quanto com a questão anti-facista, neste colegiado. Finalizou sugerindo que o colegiado talvez devesse se preocupar, não só com uma disciplina de relações étnico-raciais e artes negras da cena, mas também, com uma disciplina de gênero. E eu, Cássio Vinícius Araújo Spósito, lavrei a ata desta sessão.


PS: A convidada Roberta Cristina Araujo de Lima destaca que ainda se manifestará respondendo a carta escrita pelo Prof. Dr. Sérgio Melo (anexo II), evidenciando as calúnias e inverdades constitutivas da mesma, nas instâncias devidas.

Florianópolis, 13 de novembro de 2018

Assinam esse apartado:


Cássio Vinícius Araújo Spósito
Assistente Administrativo
SIAPE: 1178914
Cássio Vinícius Araújo Spósito
Universidade Federal de Santa Catarina
Assistente em Administração
SIAPE: 1178914


Priscila Genara Padilha
Sub-coordenadora do Curso de Artes Cênicas
Portaria 2327/2017/GR
Profa. Dra. Priscila Genara Padilha
SIAPE 2451047
UFSC


Débora Zamarioli
Presidente do Colegiado
Portaria 2326/2017/GR
Profa. Dra. Débora Zamarioli
SIAPE 1880708
UFSC